

A DOCTRINA DA FILIAÇÃO ETERNA

*Heber Carlos de Campos**

RESUMO

Neste artigo o autor procura analisar um aspecto da cristologia relativamente esquecido nas publicações cristãs, e enfatiza a importância dele desde as primeiras formulações credais. O autor menciona e avalia alguns aspectos da filiação eterna negados por autores cristãos contemporâneos, assim como a suposta base bíblica usada por eles. Então, usa os argumentos retirados da Escritura, argumentos elaborados pelo raciocínio teológico e, finalmente, cita autores cristãos no decorrer da história da Igreja Cristã para defender a filiação eterna do Redentor, finalizando com os argumentos sobre a importância dessa filiação para o cristianismo da ortodoxia.

PALAVRAS-CHAVE

Cristologia; Filiação eterna; Ortodoxia, Teologia.

Não encontramos hoje muitos estudiosos que tratam da doutrina da filiação eterna de Jesus Cristo,¹ que é o ensino do cristianismo histórico desde as formulações credais do Primeiro Concílio Geral da Igreja, realizado em Nicéia no ano 325 A.D. Mesmo nos compêndios clássicos de teologia, ou nos compêndios de história da teologia, não vemos ênfase à filiação eterna do Redentor. A razão disso talvez repouse na idéia de que o assunto já foi esgotado nos primeiros concílios gerais da igreja, e existe

* O autor é ministro presbiteriano, escritor e professor de teologia sistemática no Centro Presbiteriano Andrew Junper. Obteve o seu doutorado (Ph.D.) em teologia sistemática no Concordia Theological Seminary, em Saint Louis, Missouri, Estados Unidos.

¹ Numa busca no ATLA, conseguimos encontrar somente umas poucas referências ao assunto da filiação eterna: ZELLER, George W.; SHOWERS, Renald E. The eternal sonship of Christ. *Bibliotheca Sacra* 152:106-107, jan.-mar. 1995 – resenha; e uma publicação escrita por: STEPHENS, Brace M. *A theological patois: the eternal sonship of Christ in New England Theology*. Tallahassee, Flórida: American Religion, 1974 proceedings, preprinted papers for the Group on American Religion, *American Academy of Religion*, 1974.

um real desinteresse na Pessoa de Cristo, em virtude da complexidade dos assuntos envolvidos ou, ainda, no fato de que esse assunto esbarra em conceitos teológicos com os quais muitas mentes hodiernas já não querem mais trabalhar. Por isso, há muitos cristãos sinceros e honestos que têm duvidado da eternidade da filiação divina de Cristo.

Este artigo tem a finalidade de trazer a lume alguns pontos desse assunto que geralmente têm sido esquecidos nas obras de teologia, mesmo aquelas que tratam do desenvolvimento do pensamento cristão.²

I - NEGAÇÃO DA FILIAÇÃO ETERNA

Geralmente, as pessoas que negam a filiação eterna admitem que antes da encarnação já havia a Segunda Pessoa. Todavia, elas crêem que *a noção de Filho* apareceu somente na encarnação ou em outro período da vida do Messias, como em seu batismo, em sua ressurreição ou em sua exaltação à destra do Pai. Conquanto não neguem a divindade e a eternidade da Segunda Pessoa, elas negam que a sua filiação divina seja eterna.

Tais pessoas têm alguma semelhança com Ário (embora Ário negasse a divindade ontológica de Jesus e estes últimos não a negam), pois ele ensinava que Deus tornou-se Pai quando criou o Filho.

Dentre os que negam a doutrina da filiação eterna, há a menção, aqui, de um pregador contemporâneo famoso e muito lido em nosso país. Trata-se de John MacArthur Jr., que, por algum tempo, sustentou a posição de que Jesus Cristo passou a ser Filho de Deus somente na sua encarnação. Após um exame cuidadoso das Escrituras, ele humildemente admitiu mudar de posição, assumindo a postura histórica do cristianismo e crendo na filiação eterna do Verbo. Em seu artigo *Re-examining the eternal sonship of Christ* (Re-examinando a filiação eterna de Cristo), MacArthur confessa:

Eu quero afirmar publicamente que abandonei a doutrina da “filiação encarnacional”. Um estudo cuidadoso e reflexão me trouxeram ao entendimento de que a Escritura, de fato, apresenta o relacionamento entre Deus o Pai e Cristo o Filho como um relacionamento *eterno* de Pai-Filho. Eu não mais considero a filiação de Cristo como um papel que ele assumiu na sua encarnação.³

² Consulte as obras clássicas de teologia sistemática e você perceberá a ausência desta matéria. O que temos visto recentemente são autores *free lancers* que têm ousado tratar do assunto, ainda que não tenham publicado os seus escritos da forma convencional. Se você quer ter uma boa noção da doutrina da filiação eterna, verifique no site <www.graceonlinelibrary.org/theology/full.asp?ID=481>, artigos escritos por J. C. Philpot sobre *The eternal sonship of the Lord Jesus Christ*, em quatro partes, que podem dar uma idéia mais abrangente sobre essa importante matéria.

³ Disponível em: <<http://www.biblebb.com/mac-h-z.htm>>. Ver artigo no verbete *Sonship*, *Re-Examining the eternal sonship of Christ*.

I.I – PERIGO DA NEGAÇÃO DA FILIAÇÃO ETERNA

O ensino de que o Verbo tornou-se Filho na sua encarnação ou em outro período qualquer de sua vida terrena, traz prejuízo ao nosso entendimento dos relacionamentos internos da Trindade, porque, se o Filho não foi eternamente gerado do Pai, então também o Espírito não procedeu eternamente do Filho, como preceituam os credos antigos. A negação da filiação eterna implica a negação da procedência eterna do Espírito da parte do Filho, porque a segunda é decorrente da primeira.

Quando negamos a noção da filiação eterna, também temos de negar a noção de paternidade eterna. Se não havia Filho eternamente, também não havia eternamente o Pai. Nesse caso, o ensino não ficaria distante do ensino deÁRIO, de que o Pai se tornou Pai somente quando criou o Filho.

Quando as formulações de Nicéia são abandonadas, há o perigo de as relações intratrinitárias ficarem sem sentido, pois não haveria mais uma relação entre Pai e Filho, e a destes com o Espírito que deles procede eternamente, mas elas são substituídas pelas relações entre pessoas que poderíamos chamar de Número Um, Número Dois e Número Três.

I.II – TEXTOS BÍBLICOS USADOS PARA A NEGAÇÃO DA FILIAÇÃO ETERNA

Há vários textos bíblicos usados e interpretados indevidamente pelos que negam a filiação eterna do Redentor. Esses textos são analisados e respondidos pela corrente que afirma a filiação eterna.

I.II.I – FILIAÇÃO DIVINA NO NASCIMENTO

Os opositores da filiação eterna do Redentor sustentam que, antes da encarnação no ventre da Virgem, o Verbo eterno existia, mas não o Filho eterno. Para eles, a filiação divina deu-se apenas quando historicamente o Verbo assumiu a natureza humana na encarnação. Portanto, o raciocínio é que a filiação divina deu-se na *unio personalis*, que é a união das duas naturezas numa só Pessoa.

As palavras usualmente empregadas para se referir à Segunda Pessoa (Filho e Verbo) revelam outra realidade. Ele é o Verbo porque é o Filho, não é Filho porque é o Verbo. O nome Verbo é devido às suas relações com as *opera ad extra*, em virtude de ser a comunicação divina, embora esse nome seja eterno em virtude dos planos eternos de Deus em enviá-lo para ser Emanuel. Por que o Filho é chamado Verbo? Porque por meio dele, Deus, o Pai, se expressa. Portanto, o Verbo expressa quem o Pai é, justamente porque ele é Filho. Ele não se tornou Filho por ser primeiramente o Verbo, mas é o Verbo porque ele é primeiramente o Filho.⁴

⁴ PHILPOT, J. C. The eternal sonship of the Lord Jesus Christ. Part II. Ver site <<http://www.graceonlinelibrary.org/full.asp?ID=479>>.

Um dos textos-chave usados pelos opositores da filiação eterna do Redentor é o de Lucas 1.35, em que lemos: “Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também *o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus*”. Segundo a anunciação do anjo à Maria, a partir do seu nascimento o Redentor seria chamado Filho de Deus, por uma ação sobrenatural do Altíssimo. Desse modo, no raciocínio dos opositores da filiação eterna, o *ente santo* passou a ser Filho de Deus depois de nascer.

Deve ficar claro que os que negam a filiação eterna do Redentor não negam necessariamente a divindade do Verbo. Eles crêem que a natureza humana do Redentor foi unida à sua Pessoa divina; todavia, eles crêem que o Redentor foi tornado Filho de Deus somente após o evento em Belém. Dessa forma, a filiação torna-se consequência da encarnação, isto é, na *unio personalis*.

Todavia, o texto de Lucas 1.35 não afirma que o “ente santo” se tornaria Filho de Deus, mas que “seria chamado Filho de Deus”. Isso significa que ele seria reconhecido como Filho de Deus, não como simplesmente um filho de Maria. Além disso, não há nenhum registro nas Escrituras em que a natureza humana do Redentor seja chamada de “Filho de Deus”. Não há como fugir da idéia de que a pessoa complexa do Redentor é que seria chamada de “Filho de Deus”, assim como ela é chamada de “Filho do homem”. Qualquer um desses nomes refere-se à Pessoa completa do Redentor, em virtude da união das duas naturezas na Pessoa do Verbo.

Certamente, o anjo anunciador quis que aquela criança santa fosse reconhecida pelos homens como “Filho de Deus”, sendo a sua designação principal. O anjo não estava dizendo que a natureza humana daquela criança se tornaria divina, mas que aquele “ente santo” deveria ser reconhecido como Filho de Deus, porque nele estavam unidas as duas naturezas numa só Pessoa divina.

A fim de ser coerente com a insistência quanto ao Redentor ser Filho de Deus no nascimento somente, dever-se-ia manter que ele não é Filho do Pai, mas filho do Espírito Santo, que foi quem operou miraculosamente em Maria envolvendo-a com a sua sombra. A idéia de “Filho do Espírito Santo” tornaria o problema ainda muito maior. A explicação do anjo foi para clarear o mistério da concepção para Maria.

I.II.II – FILIAÇÃO DIVINA NA RESSURREIÇÃO

Outro texto bíblico freqüentemente usado por aqueles que negam a filiação eterna do Redentor é Atos 13.32-33:

Nós vos anunciamos o evangelho da promessa feita a nossos pais, como Deus a cumpriu plenamente a nós, seus filhos, *ressuscitando a Jesus, como também está escrito no Salmo segundo: Tu és meu Filho, eu hoje te gerei*.

O argumento dos opositores da filiação eterna, nesse caso, é que a geração do Filho deve ser entendida como ocorrida na ressurreição. Portanto, o Redentor torna-se Filho de Deus no evento da encarnação.

Contudo, não é esse o sentido que o texto proporciona. A ressurreição é que haveria de atestar da filiação divina de Cristo. Os homens veriam no ressurrecto a manifestação do Filho de Deus. O Pai já o havia proclamado duas vezes como “Meu Filho” antes da ressurreição (Mt 3.17; 17.5). É lamentável que estudiosos ignorem o testemunho do próprio Pai a respeito de seu Filho.

Discípulos de Cristo, e mesmo aqueles que não eram seus discípulos, reconheceram a filiação divina do Redentor antes da sua ressurreição, por exemplo, Pedro e o soldado romano respectivamente (cf. Mt 16.16 e Mt 27.54). À luz desses textos, ninguém deveria interpretar Atos 13.32-33 como se referindo à filiação divina do Redentor acontecida na ressurreição.

Aqueles que negam a doutrina da filiação eterna ainda apelam para o texto de Romanos 1.3-4, insistindo que a filiação divina deu-se na ressurreição do Redentor. Nesse texto, Paulo afirma:

Com respeito ao seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor.

O argumento dos opositores da filiação eterna seria mais ou menos este: “Quem se fez carne foi o Verbo, não o Filho de Deus. Ele se tornou Filho de Deus quando da ressurreição conforme o texto de Romanos 1.3-4”.

Em resposta, o Cristianismo histórico afirma que, se as frases itálicas dos versos acima forem tomadas isoladamente, a posição dos opositores da filiação eterna parecerá correta. A totalidade dos versos, porém, não corrobora tal interpretação. Em primeiro lugar, o verso 3 começa dizendo: “*Com respeito ao seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi*”. Essa parte do verso mostra que, antes de ser “segundo a carne”, isto é, antes de se encarnar, ele já era “Filho de Deus”. Em segundo lugar, a expressão “com respeito ao seu Filho” revela a relação preexistente à encarnação, entre a Primeira e a Segunda pessoas da Trindade. Logo, antes de existir como homem – filho de Maria ou o filho de Davi – ele já existia como Filho de Deus.

Romanos 1.3-4 fala tanto da humanidade como da divindade do Redentor, mas antes de haver a encarnação e a ressurreição, o Redentor já era chamado Filho de Deus e, portanto, existia como o Filho eterno de Deus. Antes da encarnação, havia o Verbo, e antes da encarnação havia o Filho. Os textos de João 1.1, 14 e Romanos 1.3-4 falam da divindade e da filiação eterna do Redentor. Portanto, a filiação divina não se deu na encarnação nem na ressurreição, pois essa filiação é eterna.

I.II.III – FILIAÇÃO DIVINA NA EXALTAÇÃO À DIREITA DE DEUS

Em Hebreus 1.3-4 encontramos outra passagem bíblica usada pelos opositores da doutrina da filiação eterna. Ali o escritor bíblico assegura:

Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas, tendo-se tornado tão superior aos anjos quanto herdou mais excelente nome do que eles.

Segundo tais opositores, a filiação divina deu-se somente na exaltação do Redentor à destra de Deus. Essa opinião advém de uma interpretação errônea do texto acima.

A resposta a tal argumento passa pela consideração de que Hebreus 1.1-2 refere-se ao “Filho”. A expressão “nestes últimos dias” se reporta, necessariamente, aos dias da existência do Redentor entre nós, quando viveu neste mundo.⁵ À primeira vista, essa expressão favoreceria aos opositores da filiação eterna. Além disso, o texto diz que “Deus o fez herdeiro de todas as coisas” – outra expressão que parece indicar que ele recebeu a “herança” quando ainda neste mundo. Contudo, a opinião dos opositores da filiação eterna cai por terra na expressão seguinte: “pelo qual [Filho] também fez o universo”.

A obra do Filho na criação mostra que ele existia *como Filho* antes de haver mundo, pois ele é o criador do mundo (o que fica confirmado por textos como João 1.3 e Colossenses 1.16).⁶ O texto continua dizendo que o Filho fez o mundo porque “*é a expressão exata do seu Ser [de Deus]*”. O Filho reflete exatamente quem o Pai é e coexiste eternamente com ele; e o texto ainda diz que o Filho “*sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder*”. Assim como o Filho teve poder para, por meio da palavra criadora, fazer o universo, pela mesma palavra poderosa, ele sustenta todas as coisas criadas. É mister lembrar-se que essas coisas são obra do Filho eterno, em quem devemos nos regozijar e por quem devemos bendizer a divindade.

Portanto, o Redentor não se tornou Filho quando subiu à destra de Deus. Ele sempre foi Filho, antes mesmo de o mundo existir – o Filho eterno de Deus.

I.III – ARGUMENTOS BÍBLICOS EM FAVOR DA FILIAÇÃO ETERNA

Após responder aos argumentos dos opositores da filiação eterna, o próximo passo é interpretar as Escrituras no que diz respeito às suas afir-

⁵ Podemos dizer que essa expressão pode se estender aos dias que se seguiram à sua ascensão, pois neles ele ainda “falou” revelando aos seus santos apóstolos a verdade sobre de Deus.

⁶ O texto de Colossenses 1.16 é contundente na afirmação da filiação eterna do Redentor. O contexto mostra que Paulo está falando do Filho (v. 13), e esse Filho foi o criador de todas as coisas, inclusive das coisas do mundo espiritual. Antes da ação criadora dele, somente a Divindade Triúna existia. É importante insistir na verdade de que o Filho é eternamente Filho porque ele é Deus!

mações sobre a filiação eterna do Redentor. Nelas, Jesus Cristo foi chamado Filho de Deus antes mesmo da encarnação.

A filiação eterna pode ser afirmada, pois a Escritura faz menção do Redentor como Filho de Deus antes da encarnação. Em João 17.5, lemos: “E, agora, glorifica-me, *ó Pai*, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, *antes que houvesse mundo*”. O relacionamento de Deus Pai com o Deus Filho acontece desde a eternidade. A Escritura também ensina, de modo inquestionável, que o Filho teve um relacionamento amoroso com seu Pai desde antes da fundação do mundo (João 17.24). Portanto, a filiação do Redentor é eterna, não temporal.

Em João 3.16, Jesus afirma: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que *deu o seu Filho unigênito*, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (cf. 1 Jo 4.9). Dessa forma, ele revela a preexistência do Redentor como Filho. A palavra “unigênito” aponta para o fato de ele ser gerado de Deus, sendo, portanto, eternamente Filho de Deus.

Por inspiração do Espírito Santo, Paulo escreve, em Romanos 8.3, que “*Deus enviou o seu próprio Filho* em semelhança de carne pecaminosa [...]”. A encarnação, ou seja, o assumir da natureza humana sob os efeitos da queda (daí a expressão “semelhança de carne pecaminosa”) pressupõe uma existência anterior do Redentor como Filho de Deus. A expressão “seu próprio Filho” deve ser analisada cuidadosamente: não se trata de uma filiação por adoção, mas de uma geração eterna. A expressão “Seu próprio Filho” sugere uma filiação peculiar, ímpar, num sentido em que ninguém a possui. É uma filiação que implica uma mesma natureza, pois o Filho já era Filho de Deus antes de ser enviado ao mundo.

Pode haver uma expressão mais clara que essa para mostrar a preexistência do Filho do que a afirmação: “Deus enviou o seu próprio Filho”? Se o próprio Espírito declara que Cristo é o Filho antes da encarnação, não se deveria levantar dúvida quanto a essa verdade. Sem o conceito de filiação eterna, as palavras “seu próprio Filho” perderão a sua força e o seu significado.

A descrição paulina de Cristo como “o próprio Filho de Deus” é novamente usada em Romanos 8.32: “*Aquele que não poupou o próprio Filho, antes, por todos nós o entregou*, porventura não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?”. Nesse texto em especial, as palavras “não poupou o próprio Filho” são altamente consoladoras: elas nos ensinam que o Pai poupou outros que seriam seus filhos adotivos pelo fato de não ter poupado o próprio Filho eterno. Não somente a filiação dos cristãos e a do Redentor são diferentes, como também o seu “tempo”. A filiação dos discípulos de Cristo é temporal, pois acontece quando eles crêem (João 1.12), mas a filiação do “não-poupado” é eterna (João 17.5), porque ele o Filho preexistente que foi enviado por Deus a este mundo.

Quando se nega a filiação eterna do Redentor, acaba-se negando o amor do Pai por ele como o seu próprio Filho eterno (João 17.24), bem como o

amor do Pai para com os filhos adotivos (cf. João 17.23). A base da filiação adotiva dos cristãos é que o Redentor, o Cabeça e Irmão mais velho, é o Filho eterno de Deus. Não existem filhos temporais sem o Filho eterno.

Muita coisa da filiação eterna está embutida na expressão “não poupou seu próprio Filho”. Deus já havia prometido que os filhos do seu povo haveriam de ser poupados: “naquele dia que prepararei, diz o Senhor dos Exércitos: poupá-los-ei como um homem poupa a seu filho que o serve” (Ml 3.17). A força dessa passagem depende do entendimento que se tem do texto de Romanos 8. O mesmo só é corretamente compreendido à luz do caso do Unigênito de Deus. No tempo próprio, no dia preparado, o Pai poupou seus filhos porque não poupou o seu próprio Filho. Não haveria nenhum engano em afirmar que a expressão de João “Filho unigênito” é equivalente a “seu próprio Filho”. A singularidade da filiação do Redentor nos dois textos aponta para a eternidade da sua filiação, que o difere da filiação temporal dos demais homens. A beleza e a força da passagem de Romanos 8.32 ficam comprometidas se o Redentor não for verdadeiramente o Filho eterno de Deus, enviado para não ser poupado, a fim de que fôssemos poupados.

Em sua primeira epístola, o apóstolo João declara: “Nisto se manifestou o amor de Deus em nós: em haver *Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo*, para vivermos por meio dele” (1 Jo 4.9). Algumas coisas são enfatizadas neste verso, das quais não podemos nos esquivar, sob o risco de torcer a verdade ensinada pelo Espírito Santo. Em primeiro lugar, o amor de Deus para conosco foi revelado como sendo desde antes da fundação do mundo, pois ele nos amou com amor eterno (Jr 31.2). Em segundo lugar, a manifestação efetiva e histórica desse amor foi quando ele enviou o seu Filho eterno ao mundo, pois ele já era Filho antes de ser enviado. O Verbo não teve que entrar no ventre de Maria para ser Filho, mas sempre foi Filho e, como tal, foi enviado ao mundo.

O testemunho fornecido pela Escritura mostra que o Filho já era Filho quando foi enviado ao mundo. Quando o Pai se referiu a “meu Filho amado” (cf. Mt 3.17 e 17.5), ele estava afirmando que o Filho já era Filho, não porque havia se tornado Filho em qualquer época de sua existência humana. O relacionamento paternal e filial já existia antes da encarnação. Além disso, já vimos que esse relacionamento precedeu a própria criação do mundo, o que aponta inequivocamente para a eternidade da filiação do Redentor.

I.IV – ARGUMENTOS (TEO)LÓGICOS PARA A FILIAÇÃO ETERNA

I.IV.1 – A PATERNIDADE ETERNA EXIGE A FILIAÇÃO ETERNA

Esta é uma questão lógica que precisa ser levada em conta. Aqueles que negam a filiação eterna também têm que negar a paternidade eterna de

Deus. Aqueles que negam a divindade de Cristo, à semelhança das heresias antigas de origem ariana, teriam que afirmar que, se o Pai gerou o Filho, Aquele que foi gerado teve um começo de existência. Assim, eles confundem a prioridade funcional na Trindade com superioridade ontológica. Não podemos duvidar de uma subordinação funcional (ou “econômica”) que existe na Trindade Econômica, pois o próprio Filho disse que “o Pai é maior do que eu” (João 14.28). Nesse sentido, podemos crer que aquele que envia é maior do que o enviado. Todavia, isso não é subordinação de essência, pois o Filho é da mesma natureza do Pai e o Filho também disse: “eu e o Pai somos um” (João 10.30) ou “quem vê a mim, vê o Pai” (João 14.9). Uma coisa é certa: se a crença na paternidade eterna de Deus for mantida, deve-se também manter a crença na filiação eterna do Redentor. Uma verdade pressupõe a outra. Se isso é assim, a filiação do Redentor é eterna.

I.IV.II – A FILIAÇÃO IMPLICA IDENTIDADE DE NATUREZA

A filiação sugere identidade essencial. Aquele que é gerado deve compartilhar da natureza daquele que o gerou. Se o Filho não possui a mesma natureza do Pai, não há uma real geração, mas a criação de uma nova substância, o que tornaria a natureza essencial do Filho diferente da do Pai. Entretanto, o nosso Redentor afirmou ser da mesma identidade essencial de seu Pai, quando afirmou “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30). Ele não disse que ele e o Pai são dois em um, mas que ambos possuem a mesma natureza (ou essência), o que aponta inquestionavelmente para a divindade do Redentor. Ora, se o Pai é eterno, o Filho, que possui a mesma essência, também tem de ser um filho eterno.

Para os seres humanos, a noção de gerado e de gerador implica cronologia, pois temporalmente o pai precede o filho. Todavia, não é assim com o mistério da paternidade e da filiação eternas. A distinção é apenas lógica. O Pai não pode, em sentido algum, preceder o Filho, pois a noção de eternidade elimina qualquer noção temporal. Eternidade é aquilo que faz contraste com o que é temporal. Os termos Pai e Filho, usados na Escritura e na teologia cristã, devem sugerir co-igualdade em natureza e, além disso, se o primeiro é eterno, o segundo não pode ter vindo à existência na história sendo, portanto, eterno em sua filiação.

I.IV.III – A FILIAÇÃO ETERNA NA HISTÓRIA DA IGREJA⁷

A crença na filiação eterna de Jesus Cristo está na Igreja Cristã desde os tempos mais antigos. Os testemunhos que se seguem, dos Pais da Igreja, são comprobatórios de uma crença bíblica que eles possuíam. Já no final

⁷ As referências históricas abaixo foram retiradas de um artigo sobre The eternal sonship of Christ, disponível em: <http://www.catholic.com/library/Eternal_Sonship_of_Christ.asp>.

do primeiro século, o apóstolo João, saudando a Senhora eleita e seus filhos, disse: “a graça, a misericórdia e a paz, da parte de *Deus Pai* e de Jesus Cristo, *o Filho do Pai*, serão conosco em verdade e amor” (2João 3). Essa crença de que Jesus Cristo era *o Filho do Pai* perpetuou-se na história da Igreja.

As citações abaixo provêm de uma seleção dos escritos de alguns Pais da Igreja objetivando mostrar que a filiação eterna do Verbo divino era uma crença comum. Certamente esses testemunhos poderiam ser multiplicados, mas, para o momento, parecem suficientes.

JUSTINO MÁRTIR (c. 100-165)

“Deus gerou antes de todas as criaturas um Começo, que era um certo poder racional de si mesmo e a quem o Espírito chama [...] algumas vezes de Filho, [...] algumas vezes de Senhor e Verbo [...] Vemos coisas acontecerem semelhantemente entre nós próprios, porque onde quer que emitamos alguma palavra, geramos uma palavra. [...]” (*Dialogue with Trypho the Jew* 61 [A.D. 155]).

TERTULIANO (c. 160/170-c. 215/20)

“Quando Deus diz, ‘Haja luz’ [Gn 1.3], este é o nascimento perfeito da Palavra [criadora], enquanto ele está procedendo de Deus [...] Assim, o Pai torna-o igual a si mesmo, e o Filho, por proceder dele, foi feito o primogênito, visto que ele foi gerado antes de todas as eras, e o unigênito, porque ele somente foi gerado de Deus, numa maneira peculiar a si mesmo, do ventre do seu próprio coração, ao qual mesmo o próprio Pai dá testemunho: ‘De boas palavras transborda o meu coração’” (Sl 45.1 *Against Praxeas* 7:1 [A.D. 216]).

HIPÓLITO (MORTE c.236)

“Portanto, este Deus único e universal, por refletir, primeiro trouxe e produziu a Palavra – não uma palavra como num discurso, mas como uma palavra mental, a razão para tudo [...] A Palavra foi a causa daquelas coisas que vieram à existência, carregando nele mesmo a vontade daquele por quem ele foi gerado [...] Somente a Palavra [de Deus] vem de si mesmo e é, portanto, também Deus, tornando-se a substância de Deus” (*Refutation of All Heresies* 10:33 [A.D. 228]).

ORÍGENES (c. 185-c.254)

“Assim também a sabedoria, visto que ela procede de Deus, é gerada da verdadeira substância de Deus”⁸ (*Commentary on Hebrews* [A.D. 237]).

⁸ Obs.: Todas as vezes que nas citações expostas aparece a idéia de o Filho ter a mesma substância (ou a mesma essência) do Pai implica que o Filho tem os mesmos atributos do Pai, o que aponta para a eternidade do Filho.

LACTÂNCIO (c.240-c.320)

“Quando falamos de Deus o Pai e de Deus o Filho, não falamos deles como diferentes, nem os separamos, porque o Pai não pode existir sem o Filho, nem pode o Filho ser separado do Pai, visto que o nome de ‘Pai’ não pode ser dado sem o Filho, nem pode o Filho ser gerado sem o Pai [...] Eles ambos têm uma mente, um espírito, uma substância; mas o primeiro [o Pai] é como se fosse uma fonte a jorrar, e o último [o Filho] fosse como uma corrente fluindo dela. O primeiro é como o sol, o último como se fosse o raio [de luz] provindo do sol” (*Divine Institutes* 4:28 [A.D. 307]).

CONCÍLIO DE NICÉIA I (325 A.C.)

“Cremos [...] em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, o único gerado do Pai, ou seja, da substância do Pai, Deus de Deus, luz de luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito [...]” (*The Creed of Nicaea* [A.D. 325]).

CIRILO DE JERUSALÉM (c.310-386)

“Cremos também no Filho de Deus, um e único, nosso Senhor Jesus Cristo, que é Deus gerado de Deus, que é vida gerada de vida, que é luz gerada de luz, que é em todas as coisas igual ao que o gerou, e que não veio a existir no tempo, mas antes de todas as eras, eterna e incompreensivelmente gerado do Pai. Ele é a Sabedoria de Deus” (*Catechetical Lectures* 4:7 [A.D. 350]).

ATANÁSIO (c.296-373)

“Quando estes pontos foram demonstrados, então eles [os arianos] falaram até mesmo mais descaradamente: ‘Se nunca houve um tempo quando o Filho não era, e se ele é eterno e coexiste com o Pai, então você está dizendo que ele não é um Filho de forma alguma, mas o irmão do Pai’. Ó homens insensíveis e contenciosos! Na verdade, se dissemos unicamente que ele coexistia eternamente e não o chamou Filho, a pretensão dificultada deles teria alguma plausibilidade. Mas se dizendo que ele é eterno, nós o confessamos como Filho do Pai, como seria possível para ele, que é gerado, ser chamado de um irmão daquele que o gera? [...] Porque o Pai e o Filho não foram gerados de uma fonte preexistente, de forma que pudessem ser considerados como irmãos. Antes, o Pai é a fonte e o gerador do Filho [...] É próprio dos homens gerar no tempo, por causa das imperfeições da natureza deles; mas a geração de Deus é eterna por causa da natureza de Deus ser sempre perfeita” (*Discourses against the arians* 1:14 [A.D. 360]).

“O Pai não é feito nem criado nem gerado de ninguém. O Filho é do Pai somente, não feito ou criado, mas gerado [...] Aquele que deseja ser salvo, pense assim a respeito da Trindade. Mas é necessário para a salvação eterna que ele fielmente creia também na encarnação [...] Ele é Deus gerado da substância do Pai antes do tempo, e ele é homem nascido da substância de sua mãe no tempo [...] Esta é a fé Católica; a menos que alguém creia nisto fiel e firmemente, ele não pode ser salvo” (*Credo de Atanásio* [A.D. 400]).

BASÍLIO, O GRANDE (c.239-379)

“Quando eu falo de uma essência, não penso dela como duas separadas de uma, mas de um Filho subsistindo do Pai desde o princípio, não do Pai e Filho emergindo de uma essência. Na verdade, não falo de irmãos; nós confessamos o Pai e o Filho. Há identidade de essência porque o Filho é do Pai, não feito por seu decreto, mas nascido de sua natureza” (*Eulogies and Sermons* 24:4 [A.D. 368]).

GREGÓRIO DE NAZIANZO (330-389)

“Ele é chamado Filho porque ele é idêntico ao Pai em essência; e não somente isto, mas também porque ele é dele. Ele é chamado unigênito não porque ele é um Filho singular [...] mas porque ele é Filho duma maneira singular e não de um modo corpóreo. Ele é chamado Verbo porque ele é para o Pai o que uma palavra é para a mente” (*Orations* 30:20 [A.D. 380]).

CONCÍLIO DE CONSTANTINOPLA I (381 A.C.)

“Cremos [...] num Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, nascido do Pai antes de todas as eras, luz de luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial com o Pai” (*The Nicene Creed* [A.D. 381]).

DÂMASO (c.304-384)

“Se alguém diz que o Filho não foi gerado do Pai, isto é, da substância divina dele próprio, esse é um herege” (*Tome of Damasus*, cânone 11 [A.D. 381]).

AGOSTINHO (354-430)

“Do modo como você fala uma palavra que você tem em seu coração e está com você [...] assim é como Deus emitiu o Verbo, ou seja, como ele gerou o Filho. E você, na verdade, gerou uma palavra também em seu coração, sem preparação temporal; Deus gerou o Filho fora do tempo, o Filho através de quem ele criou todas as coisas” (*Homilies on John 14:7* [A.D. 416]).

SÃO PATRÍCIO (c.390-c.461)

“Jesus Cristo, a quem [...] confessamos ter sempre estado com o Pai – antes do começo do mundo, espiritual e inefavelmente [ele foi] gerado do Pai antes de todo começo” (*Confession of St. Patrick* 4 [A.D. 452]).

CONCÍLIO DE CONSTANTINOPLA II (553 A.C.)

“Se alguém não confessa que há duas gerações da Palavra de Deus, uma do Pai desde antes de todas as eras, sem tempo e incorporeamente, a outra nos últimos dias quando a mesma desceu do céu e foi encarnada [...] que seja anátema” (*Anathemas Concerning the Three Chapters*, cânone 2 [A.D. 553]).

A IMPORTÂNCIA DA DOCTRINA DA FILIAÇÃO ETERNA

A negação da doutrina da filiação eterna implica profundas alterações em outras doutrinas fundamentais da fé cristã.⁹ A importância dessa doutrina será mostrada a seguir de modo negativo.

I.IV.IV – SEM A FILIAÇÃO ETERNA PERDEMOS A MEDIDA DO AMOR DIVINO

O texto de João 3.16, que fala do amor de Deus, perde a sua força se não se levar em conta a filiação eterna de Jesus Cristo. Há uma filiação singular explicitada nesse verso. O Unigênito de Deus mantém uma relação singular com seu Pai, de modo que ninguém é Filho de Deus no sentido em que o Redentor o é. Portanto, quando se discute o amor de Deus sem a noção correta da filiação eterna, esse amor perde o seu real e profundo significado. Enviar o Filho ao mundo implica um Filho que já era preexistente, portanto apontando para a crença na filiação eterna. Ele não se tornou Filho quando foi enviado ao mundo, mas foi enviado por ser Filho. Isso faz uma grande diferença. Portanto, no texto de João 3.16, Filho é equivalente ao *Logos* de João 1.1, 14. A filiação eterna do Redentor e o ato do Pai de enviar esse Filho preexistente ao mundo é que tornam significativo o seu amor.

I.IV.V – SEM A FILIAÇÃO ETERNA NÃO SE PODE DEFENDER A IDENTIDADE ESSENCIAL

Para os pais Nicenos, a filiação eterna e a identidade essencial vêm juntas e são inseparáveis. O Redentor tinha a mesma essência divina do Pai porque ele era Filho, e ele era Filho do Pai justamente porque compartilhava da mesma essência do Pai, que é eterna. Gregório de Nazianzo disse que “ele é chamado Filho porque ele é idêntico ao Pai em essên-

⁹ Alguns pontos são retirados do livro de Donald MACLEOD, *The Person of Christ*, Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1998.

cia”.¹⁰ Atanásio conecta diretamente a filiação eterna à identidade essencial: “Os que consideram o Filho uma descendência, corretamente consideram como co-essencial”.¹¹

Quando existe a negação da filiação eterna, perde-se totalmente a idéia de que na Trindade há a co-essencialidade das Pessoas. E, se não há co-essencialidade, caímos novamente no erro ariano que a Igreja tanto combateu. O arianismo ensinava que o Filho era uma criatura que veio a existir após um ato criador do Pai. A perda da co-essencialidade é o comprometimento da noção trinitária, que é o ponto a seguir.

I.IV.VI – SEM A FILIAÇÃO ETERNA PERDEMOS A NOÇÃO DA TRINDADE

Não pode haver Trindade sem a noção de Pai, Filho e Espírito Santo, como co-essenciais. Há que criar uma nomenclatura totalmente diferente para manter a idéia Trinitária. No mínimo, há que falar em Pessoa Número Um, Pessoa Número Dois e Pessoa Número Três. A negação da filiação eterna é um enorme prejuízo para a noção e para a compreensão dessa doutrina basilar da fé cristã. As funções intratrinitárias (que são as *opera ad intra*) não têm significado sem a noção da filiação eterna. Não haveria conhecimento sobre a essencialidade das Pessoas da Trindade nem daquilo que é específico de cada uma delas. Sem essa importante doutrina, não seria possível chamar Deus de *Abba*, nem o *Logos* de Filho, nem o Espírito como procedente do Pai e do Filho.

Sem a doutrina da filiação eterna, perde-se a noção não somente da Trindade ontológica (que trata da Paternidade de Deus e da processão do Espírito da parte do Pai e do Filho), mas também perde-se a noção correta da Trindade econômica. Se não há filiação eterna, por exemplo, as funções das Pessoas da Trindade na salvação ficam sem entendimento. Sem a filiação, quem enviaria ao mundo alguém para ser Redentor? Quem seria enviado? Quem se encarnaria? Quem seria o administrador da Redenção? Todas as *opera ad extra* ficariam sem a devida compreensão, e não teríamos nada revelado a respeito. Percebe-se, assim, quão importante é a doutrina da filiação eterna, pois, se há um Filho eterno, há também um Pai eterno. Mas, quando se nega um, há que se negar o outro. A consequência da negação da filiação eterna é muito grande para a noção trinitária em geral.

I.IV.VII – SEM A FILIAÇÃO ETERNA FICAMOS COM UMA REDENÇÃO SEM REVELAÇÃO

A filiação eterna é tão importante que, sem ela, não há possibilidade de uma salvação revelada. O que resta é uma salvação sem qualquer reve-

¹⁰ *The fourth theological oration*, XX. Ver *Select orations of Saint Gregory of Nazianzen*, NPNF, Second Series, v. 7, p. 185-434.

¹¹ Apud MACLEOD. *The Person of Christ*, p. 129.

lação. Não existe uma salvação sem o Filho, e salvação sem a filiação eterna do Redentor não é salvação, porque não é salvação de Deus. Sem a filiação eterna, Deus não teria enviado seu Filho. Portanto, não haveria Salvador em hipótese alguma, e a humanidade permaneceria em seus pecados. Não se saberia nada sobre uma possível salvação. O Filho de Deus não poderia ser enviado e, como consequência, nenhuma salvação teria sido revelada.

CONCLUSÃO

Analisamos acima a negação da filiação eterna e os textos usados pelos adversários dela. A seguir, vimos os argumentos bíblicos empregados pelos defensores da filiação eterna, os argumentos teológicos e a base histórica da qual os teólogos fazem uso constantemente. A filiação eterna sempre foi defendida com todas as forças pela ortodoxia da Igreja Cristã desde os primeiros séculos do cristianismo. Não podemos abrir mão da filiação eterna do Redentor com o risco de perder a paternidade eterna de Deus. Isso traria enormes prejuízos para a fé cristã, se é que tal fé pode existir sem a noção da existência eterna do Filho, já que do Filho é dito ser nosso Redentor.

ENGLISH ABSTRACT

In this article the author intends to analyze an aspect of Christology which has her relatively forgotten in Christian publications, and emphasizes its importance since the first creedal formulations. Then, the author uses arguments drawn from Scripture, arguments elaborated by the theological reasoning and, finally, quotes several Christian authors throughout history of the Christian Church to defend the eternal Sonship of the Redemeeer, finalizing using arguments on the importance of this doctrine for Christian orthodoxy.

KEYWORDS

Christology; Eternal Sonship; Orthodoxy; Theology.

